



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014



Índice

Índice	2
1 - Introdução	3
2 - Análise Orçamental	5
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	5
2.2 - Execuções orçamentais.....	7
3 - Despesas com o pessoal.....	9
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	10
4.1 - Balanço	10
4.2 – Demonstração de resultados	14
5 – Situação Financeira.....	18
5.1 – Análise de Rácios.....	20
5.2 – Endividamento	21
5.3 – Lei dos compromissos	22
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	24



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2014, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2014 foi um ano de grande contenção a nível de despesas, situação causada tanto pela austeridade verificada a nível nacional, bem como a necessidade do Município de Celorico da Beira reduzir as dívidas a terceiros de modo a cumprir com as imposições da LFL ao nível do endividamento.

A situação de desequilíbrio financeiro estrutural decretada pela Assembleia Municipal em 2012 nos termos da Lei das Finanças Locais em vigor na altura também condicionou a atividade do Município de Celorico da



Beira, visto que se tem tentado cumprir com o estipulado no plano de reequilíbrio financeiro com a respetiva adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). A 18 de março de 2015, o Município apresentou uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o estipulado na Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas, pelo que os mesmos deverão ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, após as devidas deliberações por parte do Executivo e da Assembleia Municipal.

Apesar da prioridade em reduzir o montante da dívida, em 2014 o Município de Celorico da Beira, conseguiu concluir investimentos em infraestruturas, suportados em apoios comunitários de acordo com diversas candidaturas aprovadas. Dentro dos investimentos realizados destacam-se a conclusão das obras de beneficiação da EN 16, a requalificação das ruas Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho, a construção do parque de estacionamento no antigo “Mercado dos Paus”, trabalhos complementares no Mercado Municipal, bem como a aquisição e colocação de um reservatório no Parque Industrial da A25. Foi, ainda iniciada, a obra de beneficiação da EN17 e EM554 – Mesquitela.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2014. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	6.693.303	6.435.777	6.006.408	7.083.083	7.839.189
Despesas Correntes	9.501.616	7.379.987	7.113.950	6.832.605	6.272.467
Outras receitas	646	270.077	4.279	5.702	2.130
	-2.808.313	-944.210	-1.107.542	250.479	1.566.722

	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas de Capital	7.311.646	2.750.782	4.253.407	2.553.148	1.324.473
Despesas de Capital	4.479.215	1.865.220	3.255.933	2.800.462	2.946.519
	2.832.431	885.562	997.473	-247.314	-1.622.045

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em 2014 foram de acordo com os nossos cálculos de 2.658.813,83€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria, temos os seguintes valores:



	2014
Receitas Correntes	7.839.189
Despesas Correntes	6.272.467
Amortizações médias	2.658.814
	-1.092.092

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município não se encontra em equilíbrio, por imposição da nova Lei das Finanças Locais, apesar de cumprir com o estipulado no POCAL. Este facto deve-se essencialmente à existência de um empréstimo da CGD, contraído em Maio de 1998, cujas amortizações de capital se encontram em atraso, situação essa negociada com a entidade bancária, onde a respetiva liquidação total estava prevista no plano de reequilíbrio financeiro, devendo agora a sua liquidação ser concluída com a adesão ao FAM.

À semelhança do ano anterior, em 2014 o Orçamento de Estado alterou a distribuição entre os fundos correntes e de capital, aumentando o montante de FEF corrente a distribuir pelos Municípios em detrimento do FEF de capital, o que gerou um aumento de receitas correntes face a 2013. No entanto, se analisarmos o total do FEF recebido verificamos que existiu um corte no montante de 147.065€, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2013	4.083.694	1.020.923	5.104.617	118.615	115.021	5.338.253
2014	4.467.489	496.388	4.963.877	118.615	108.696	5.191.188

Deve-se salientar também que o aumento das receitas de IMI, IMT e derrama, levaram a um aumento das receitas próprias correntes em cerca de



211.000€ face ao ano anterior, o que também contribuiu para o equilíbrio das despesas correntes, cujos valores serão analisados mais à frente neste relatório.

2.2 - Execuções orçamentais

	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	43,79%	47,25%	43,85%	94,78%	105,23%
Receitas de Capital	73,18%	32,16%	45,38%	9,58%	5,27%
Total Geral	55,42%	42,25%	45,20%	28,24%	28,11%

	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas Correntes	62,26%	52,71%	50,98%	42,73%	40,34%
Despesa de Capital	44,83%	21,81%	34,73%	15,30%	28,10%
Total Geral	55,36%	40,99%	44,45%	28,09%	28,12%

	2010	2011	2012	2013	2014
Execução do PPI	38,93%	45,00%	44,16%	67,13%	70,51%

As percentagens das execuções orçamentais em 2014, à semelhança das execuções de 2013, foram muito inferiores às execuções dos anos anteriores, devido ao facto do Município ter orçamentado através de alterações ao orçamento de 2014, as despesas e receitas associadas aos financiamentos de reequilíbrio financeiro e do PAEL, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas devido à não obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que impediu a obtenção dos financiamentos. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta uma execução elevada, dado que quase todos os investimentos previstos no orçamento de 2014 eram



cofinanciados por fundos comunitários aprovados, o que permitiu a taxa de 70,51%.

A nível da receita foram previstos 23.803.591,43€ de receitas de capital relativos a empréstimos de PAEL e reequilíbrio financeiro que não foram recebidos em 2014, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. Deve-se no entanto salientar a execução das receitas correntes de 105,23%, sinal de que as receitas obtidas superaram as previsões orçamentais.

No que diz respeito às despesas, houve diversos encargos correntes e de capital, associados ao reequilíbrio financeiro e ao PAEL que tiveram de ser orçamentados, cabimentados e comprometidos conforme o exigido pelo Tribunal de contas e que não foram pagas em 2014, dado não se ter obtido os financiamentos. À semelhança do que já tinha acontecido em 2013, houve despesa não executada relativa aos empréstimos em dívida a incluir no processo de reequilíbrio financeiro e PAEL que totalizava cerca de 8.136.000€ em capital, para além da despesa com a amortização dos novos financiamentos que acabaram por não ser contraídos, e que totalizaram cerca de 334.000€ de capital e 553.000€ em juros. Cabimentou-se a igualmente despesa que visava cobrir a dívida da EMCEL de 1.300.000€ incluída no reequilíbrio financeiro, e também se registou a totalidade da dívida de capital e juros associados à cessão de créditos da construção da variante em cerca de 3.774.000€. A não execução destas despesas orçamentadas contribuíram para os baixos valores de execução na despesa pelo que se deverá ter em consideração a não obtenção dos financiamentos atrás mencionados.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2014 são os seguintes de acordo com a demonstração de resultados:

	2013	2014	Diferença
Remunerações	2.662.748,18	2.485.038,95	-177.709,23
Encargos Sociais	727.236,29	691.003,66	-36.232,63
	3.389.984,47	3.176.042,61	-213.941,86

Entre 2013 e 2014, houve uma redução significativa nas despesas com pessoal, situação essa que deriva do facto de se terem aplicado cortes nos vencimentos dos funcionários públicos por imposição legal, e de terem havido aposentações e rescisões contratuais ao longo de 2014, situações essas que contribuíram para o cumprimento da redução do número de trabalhadores em 3% face a 2013, conforme o estipulado no Orçamento de estado para 2014.

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu mensalmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado

	2010	2011	2012	2013	2014	2014-2013
Imob. Domínio Público	24.390.980	24.470.139	24.900.535	25.325.811	25.596.399	270.587
Imob. Corpóreo	15.753.696	16.866.783	16.539.066	19.918.732	19.698.348	-220.385
	40.144.675	41.336.922	41.439.601	45.244.544	45.294.746	50.203

Da análise desta classe do balanço verifica-se um ligeiro aumento do património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa que deriva do facto de que os bens de imobilizado são depreciados anualmente de acordo com as regras contabilísticas vigentes, apesar dos incrementos patrimoniais resultantes das obras que se iniciaram e outras que concluíram em 2014.



- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2014 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais. No que diz respeito a comparticipações de candidaturas apresentadas, os valores a receber foram contabilizados na conta “26829 – Comparticipações por receber”.

- Conta 51 – Património

Esta conta foi movimentada em contrapartida das contas de imobilizado, tendo em conta a valorização dos imóveis do Município, resultado da avaliação geral da Autoridade Tributária, tal como foi mencionado anteriormente.

- Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2014 foi diminuído devido à aplicação dos resultados líquidos positivos de 2013 no valor de 497.914,84€.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:



	2011	2012	2013	2014	2014-2013
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	15.317.380	15.127.691	15.903.296	15.320.458	-582.838
Dívidas a 3ºs de MLP	9.481.659	7.787.430	5.988.547	5.449.038	-539.509
	24.799.039	22.915.121	21.891.843	20.769.496	-1.122.347

Em relação às dívidas a terceiros, 2014 à semelhança de 2013, foi um ano de expectativa em relação à conclusão do processo de adesão ao PAEL, mas que no entanto o Município deu atenção ao pagamento das dívidas antigas, bem como à dívida recente tendo a mesma sido sua maioria liquidada em 90 dias, à exceção da faturação relacionada com o fornecimento de água e serviços de saneamento. Esta situação deve-se a um contencioso com a empresa “Águas do Zêzere e Côa SA”, cuja faturação tem sido devolvida ao fornecedor, apesar da mesma estar contabilizada no Município como em conferência. Em 2014 a faturação de água e saneamento totalizou 604.220,28.

Deve-se evidenciar que está contabilizada uma dívida à empresa “MRG – Engenharia e Construções S.A.” relativa ao edifício de habitação social situado no bairro de Stª Luzia, no valor de 1.303.431€, cujo valor deveria ser reduzido por força de pagamentos resultantes de um contrato de arrendamento. Contrato esse que previa o abatimento das rendas pagas mensalmente pelo Município no valor de 4.435,64€ pelo Município ao valor da dívida em causa, mas que a empresa até à data não cumpriu com o estipulado no contrato, alegando a existência de um processo judicial, apesar de ter contratualizado com o abatimento da dívida. De acordo com os pagamentos já efetuados desde 2012, o valor da dívida em causa já deveria ter sido reduzido em 110.148,87€.



Está também contabilizada nas dívidas a terceiros a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor global de 452.198,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto. De acordo com o SATAPOCAL, a contabilização da participação dos Municípios no FAM deverá ser contabilizada nas dívidas a terceiros por contrapartida de uma conta de investimentos financeiros, que se encontra no ativo do balanço. Esta dívida apesar de constar nas dívidas a terceiros, não deverá ser tida em conta no cálculo do endividamento do Município, situação que será analisada mais à frente neste relatório.

Assim, registou-se efetivamente uma grande redução da dívida a terceiros, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, mas também de dívida resultante de acordos de pagamento. Se for descontada a participação no FAM, em 2014 a redução de dívidas a terceiros face a 2013 foi de 1.574.545,52.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2014 e que apenas serão pagos em 2015, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..



- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.

4.2 – Demonstração de resultados

- Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflete a criação de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.

- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2014, restituições e diversas regularizações.

- Conta 71 – Vendas e prestações de serviços



Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes.

- Conta 72 – Impostos e taxas

As receitas com o IMI, IMT, IUC, derrama e taxas e são contabilizadas nesta conta. Também são contabilizados impostos indiretos e acertos de reembolsos, restituições e anulações. O quadro seguinte demonstra a evolução das receitas de impostos contabilizadas nesta conta nos últimos anos:

	2010	2011	2012	2013	2014
IMI	503.893	555.962	625.000	749.582	923.937
IUC	121.187	130.258	130.792	159.450	145.889
IMT	132.050	71.600	93.169	48.057	74.783
Derrama	0	0	0	104.102	114.777
	757.129	757.820	848.962	1.061.191	1.259.386

Estes valores divergem dos constantes nas execuções orçamentais por causa das especializações das receitas ao respetivo ano. No entanto é visível o grande aumento na cobrança de impostos em cerca de 200.00€ face ao ano anterior.

- Conta 73 – Proveitos suplementares



Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos custos dos trabalhos para a própria entidade que devem ser refletidos no património do Município, que em 2014 foram valorizados em 13.834,14€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, sendo que o valor de 204 é mais reduzido em comparação com anos anteriores devido ao facto de algumas despesas terem sido contabilizadas diretamente nas contas de imobilizado, não tendo sido relevadas como custos.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, reduções de provisões, bem como a especialização e acertos das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício



Os resultados do Município registaram um valor positivo de 1.603.304,19€. Este valor teve origem essencialmente na redução de custos com pessoal, na redução de provisões, na redução dos fornecimentos e serviços externos, e no grande aumento das receitas provenientes da cobrança dos impostos municipais (IMI, IMT, IUC e derrama), taxas e subsídios obtidos do Estado bem como dos fundos comunitários, e de correções relativas a exercícios anteriores, que originaram um aumento de resultados em 1.105.389,35€ face a 2013. Este resultado líquido extremamente positivo é sinal de que o Município não utilizou as receitas obtidas em 2014 para gerar novos custos, mas que essas verbas foram essencialmente aplicadas na redução das dívidas já existentes, contribuindo para a redução de dívidas a terceiros já analisadas anteriormente.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural conforme o definido na anterior Lei das Finanças Locais (LFL), pelo que pela lei atual a situação é de recuperação financeira estando o Município obrigado a aceder ao Fundo de Regularização Municipal, regulamentada pela Lei 53/2014 de 25 de agosto. Apesar desta situação o Município de Celorico da Beira tem conseguido reduzir a dívida e cumprir com as exigências de redução de dívida imposta pela atual LFL. Também tem cumprido com uma das exigências imposta Lei dos Compromissos no que diz respeito aos pagamentos em noventa dias. O Município tem também conseguido realizar investimentos estruturantes com o recurso a fundos comunitários, de onde se destacam a requalificação da rede viária do concelho, bem como a manutenção de infraestruturas já existentes. O atraso na aprovação dos financiamentos associados ao PAEL e reequilíbrio financeiro condicionou a redução dos pagamentos em atraso exigidos pela Lei dos Compromissos, para além da situação da faturação relativa ao fornecimento de água e serviços de saneamento, que impediram uma redução maior da dívida total apesar da grande redução das dívidas a terceiros verificada no balanço. A situação de desequilíbrio financeiro estrutural em conjunto com a adesão ao PAEL impôs diversas condições que condicionam a atividade do Município, nomeadamente o cumprimento rigoroso dos objetivos estipulados no plano a nível de elaboração e execução orçamental, bem como a maximização das receitas provenientes de taxas e impostos cobrados aos Municípes. O próprio



Orçamento de Estado impõe várias condicionantes nomeadamente a nível das transferências estatais, nas despesas com pessoal e endividamento das autarquias, pelo que diversos critérios utilizados análise da situação financeira dos Municípios variam de ano para ano principalmente a nível do endividamento líquido, o que nem sempre permite uma avaliação uniforme da situação financeira.

Apesar de todas as condicionantes mencionadas anteriormente, o Município encontra-se no caminho da recuperação financeira, tendo reduzido o endividamento à semelhança do ano anterior, devendo ser também esse o objetivo principal nos próximos anos tendo já sido apresentada a candidatura ao FAM, que resulta da conversão do plano de reequilíbrio que existia anteriormente. O Executivo deliberou ainda em 2014 a intenção de internalizar a EMCEL, nos termos da nos termos do art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, situação essa que já está prevista no estudo que acompanha a candidatura ao FAM. De acordo com as contas apresentadas pela empresa municipal, os resultados de 2014 são negativos, pelo que de acordo com o art. 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, deverá o Município em 2015 realizar uma transferência para a empresa de modo a equilibrar os resultados.

A nova Lei das Finanças Locais que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014 trouxe várias alterações em relação ao que estava em vigor desde 2007, nomeadamente a nível de distribuição dos fundos estatais pelas autarquias e a nível do cálculo do endividamento, e das regras de equilíbrio orçamental, o que irá influenciar a gestão financeira do Município nos próximos anos.



5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

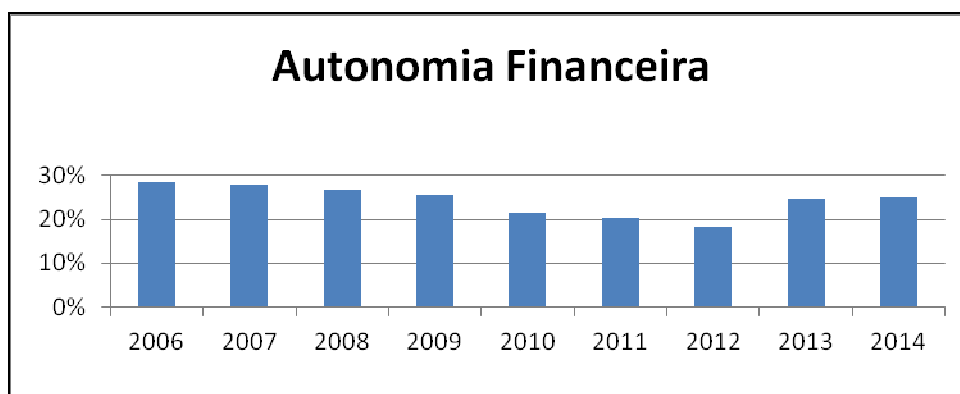
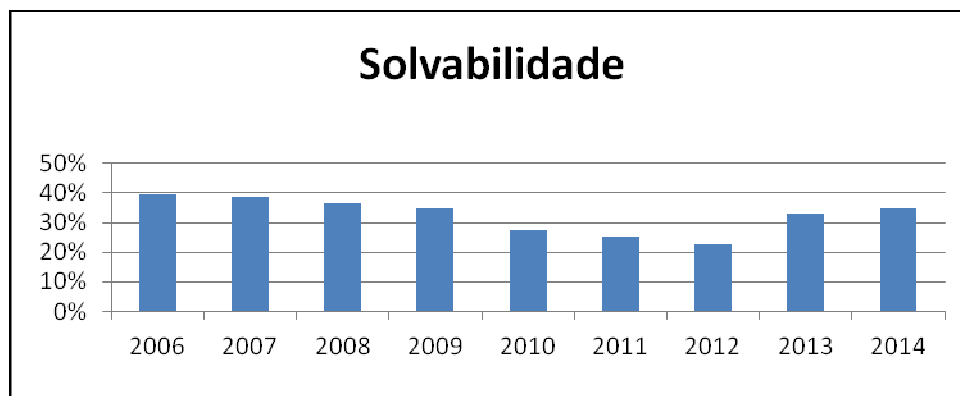
	2010	2011	2012	2013	2014
1 Solvabilidade (FP/P)	27%	25%	23%	33%	35%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	22%	20%	18%	25%	25%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	23,12%	17,71%	13,53%	12,73%	14,59%

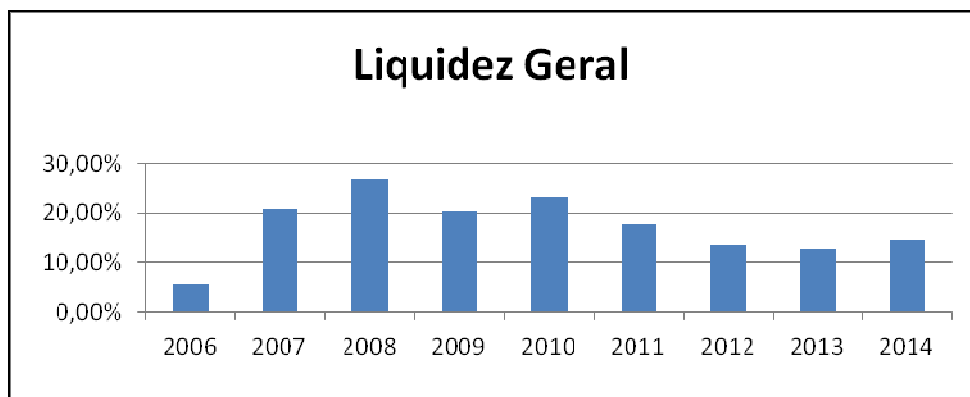
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores de 2014 dos rácios apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no ativo e capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do passivo em mais de um milhão de euros face ao ano anterior. A autonomia financeira manteve-se praticamente inalterada face a 2013 e a liquidez geral apresenta um acréscimo devido à diminuição do passivo de curto prazo, conforme o analisado anteriormente neste relatório.

5.2 – Endividamento

Em 2014 com a nova LFL, para além de diversas alterações a lei anterior, no que diz respeito ao cálculo do endividamento dos municípios, introduziu um novo método de cálculo do endividamento, pelo que de acordo com o estipulado na lei e tendo em consideração os limites para 2014 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores de endividamento referentes a 31-12-2014:



	31-12-2014
Limite Endividamento 2014	9.741.180,00
Dívida Total 01-01-2014	21.743.591,00
Excesso a 01-01-2014	12.002.411,00
Dívida Total à data	20.769.495,98
Endividamento não orçamental	112.038,63
Participação no FAM	452.198,52
Dívida final	20.205.258,83
Excesso à data	10.464.078,83
10% a reduzir em 2014	1.200.241,10
Redução do excesso a 31-12-2014	1.538.332,17
% de excesso reduzido	-12,82%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, em 2014 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 12,82% face aos limites previstos. Esta redução superou os 10% exigidos pela nova LFL. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2014 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de Abril do corrente ano, mas que no entanto não deverão divergir dos cálculos atrás apresentados.

5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, o Município tem tentado cumprir com os pagamentos em 90 dias, tem implementado procedimentos para se evitarem despesas sem compromisso prévio, tem contabilizado os compromissos plurianuais sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal e tem controlado os fundos disponíveis,



mas no que diz respeito à redução dos pagamentos em atraso, o Município esteve dependente da aprovação dos financiamentos relativos PAEL e reequilíbrio financeiro, visto que só com o recurso a esses empréstimos é que o Município poderia liquidar toda a dívida em atraso. Deve-se reforçar ainda o que foi dito anteriormente neste relatório relativamente às dívidas contabilizadas da empresa “Águas do Zêzere & Côa” e “MRG – Engenharia e Construções S.A.”, contribuíram para a não redução dos pagamentos em atraso. Estas situações deverão ser corrigidas com o recurso ao FAM no ano de 2015. De qualquer modo, a aplicação da Lei dos Compromissos tem sido uma prioridade para o Executivo, sendo vista como uma forma de melhoria dos procedimentos de realização de despesa, tendo já sido atualizada a norma de controlo interno que se encontra anexa às contas de 2014, estando prevista a elaboração de manuais de procedimentos para as diversas secções do Município. Mais se informa que de acordo com as alterações efetuada à Lei dos Compromissos impostas pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, e de acordo com as instruções emitidas pela DGAL, deverão fazer parte das contas de gerência de 2014, declarações relativas aos compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, estando esses mesmos documentos anexos a estas contas de gerência.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2014 foi positivo no valor de 1.603.304,19€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2015 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)